

O que será

HOLTZ, Abel. "O que será" Agência CanalEnergia. Rio de Janeiro, 08 de maio de 2020.

Passada esta fase de pandemia e, em meio ao caos político centrado no governo, será iniciada a campanha para as eleições municipais, aqui no Brasil, cujo segundo turno deverá ocorrer até fim de outubro. Esse quadro é aquele que nos espera. Como retomar a economia se até o momento não vimos nenhum plano consistente e a todo dia vemos idiossincrasias partindo de todo lado.

No nosso setor elétrico os problemas se multiplicam a cada dia. Se antes tínhamos uma conta bilionária a pagar derivada do GSF, ela poderá ser engordada com o consequente descompasso de oferta e consumo de energia no mercado causando impactos na estrutura das concessões deste serviço essencial. Se a conta de energia aos consumidores era uma das mais altas do mundo, podemos imaginar que será reajustada para caber o pagamento destes "gaps" de receitas dos agentes do setor.

Neste momento, os planos de atualização e modernização do setor ficam no desejo, vez que é necessário resolver os problemas de reequilíbrio financeiro dos contratos de concessão sobretudo na geração e distribuição, que neste último caso, podem ser agravados pela autoprodução ou pela migração de consumidores para o ACL, aproveitando-se do inimaginável nível do PLD, levando ao crescimento da sobrecontratação.

A perda de receitas em função desta situação que se desenha, será inevitável pois, a recuperação dos postos de trabalho de consumidores vai ser lenta projetando uma ampliação de inadimplência e o redesenho das empresas levará a um consumo menor com impactos diretos nas concessionárias. O adiamento dos leilões para novos projetos de geração que estavam previstos para acontecer neste ano não poderia ser visto como uma surpresa, segundo se sabe a sobrecontratação se estenderá por alguns anos.

Na agenda do setor também deveria ser considerada a renegociação do "Anexo C" e/ou na revisão do Tratado Binacional de Itaipu, tema que não tem sido mencionado de forma mais contundente, considerando a importância que a produção da usina tem no suprimento de energia elétrica do nosso Sistema Integrado Nacional (SIN), tendo em conta as pressões que nosso parceiro e vizinho, tem sido suscitado a se posicionar pela Sociedade local.

Nesse ínterim o problema da diminuição da geração em Itaipu pela estiagem do rio Paraná que está passando ao largo, poderia estar causando grande preocupação em tempos normais, principalmente para o funcionamento da hidroelétrica cuja produção de energia elétrica representa cerca de 12% de nossa demanda.

No entanto, esse é um tema a ser considerado com cuidado. A baixa produção de energia elétrica em Itaipu foi mitigada neste momento, pela redução da demanda do Sistema Integrado Nacional que, caiu cerca de 15% a 20% nestes últimos meses,

em consequência da paralisação do comércio e de muitas indústrias em razão da pandemia do covid-19.

Como a carga tem caído a afluência no rio Paraná apesar de afetar a geração em Itaipu, não está causando nenhum efeito à oferta e, o sistema está sendo atendido. Graças ao Covid -19 estamos passando “de braçadas”. E, segundo dados climáticos, a precipitação na região da bacia, até aonde foi analisado, manterá o fluxo do rio Paraná muito baixo em relação aos tempos normais, por algum tempo.

Por outro lado, a queda na afluência do rio Paraná está sendo vista no Paraguai não como um problema climático e sim, como causada pelo Brasil porque a montante da usina de Itaipu há 50 barragens em seu território, no mesmo rio, e que estão a causar a menor afluência no lago do reservatório. Como a água afluente poderia passar para jusante se turbinada fosse, diminuiria acentuadamente a seca que hoje impõe dificuldades de navegação no trecho de acesso aos portos oceânico impactando muitas vezes no escoamento da safra extraordinária de soja e também volumes mais altos do que o habitual da safra de milho afetando as receitas de exportação e até o suprimento de água a algumas cidades ribeirinhas.

Há afirmações, que a falta de fluxo a jusante de Itaipu que afeta o calado no trecho do rio Paraná se deve não só a seca que afeta toda a região, mas, também, a uma decisão estratégica de acumulação da afluência para altear a cota do reservatório em Itaipu para vir a produzir energia elétrica para a recuperação econômica do Brasil após pandemia, em detrimento aos interesses daquele País.

Um outro tema que está sendo cogitado, em razão da pandemia do Covid 19, seria propor ao Brasil que haja um endividamento adicional de Itaipu de US\$ 10 bilhões para ser direcionado igualmente para os dois Países. Tendo presente que hoje, a cada ano, são utilizados US\$ 1 bilhão de cada um dos Países, para quitação da atual dívida, seria somente uma extensão da dívida. Tal montante seria pago em 5 anos.

De tempos em tempos, surge “jabotis” a serem considerados na negociação do “Anexo C” e/ou na revisão do Tratado Binacional, que demonstram a insegurança causada pela inexistência de um programa a ser seguido e avaliação do impacto que tais factoides têm no “clima” da negociação do “Anexo C” prevista para 2023.

Se de fato houver a concordância para o endividamento significaria postergar a negociação da revisão para 2028 já que o tema da afluência no rio Paraná é fruto das mudanças climáticas, e, seguramente seria uma saída para manter os acordos da forma vigente e adicionar aos caixas dos governos de ambos os parceiros recursos para a retomada do desenvolvimento.

Abel Holtz é consultor da Agência CanalEnergia